

**LEIA NESTA EDIÇÃO:**

**GOVERNO E SECTOR  
PRIVADO REFLETEM  
SOBRE LOGÍSTICA DE  
CARGA EM MOÇAMBIQUE**

**MOÇAMBIQUE, ZÂMBIA E  
MALAWI PREPARAM-SE  
PARA ASSINAR ACORDOS  
TRIPARTIDOS NAS ÁREAS  
DE TRANSPORTES  
RODOVIÁRIO E  
FERROVIÁRIO**

**AVANÇAM ACTIVIDADES  
PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DE POSTOS DE  
FRONTEIRAS DE  
PARAGEM ÚNICA ENTRE  
MOÇAMBIQUE E MALAWI**

**CST APROVA PLANO DE  
ACTIVIDADES E  
ORÇAMENTO DO PCCAA  
PARA 2022**

## **INTERVENIENTES DOS CORREDORES DE NACALA E BEIRA DISCUTEM INDICADORES DE DESEMPENHO DOS CORREDORES**



*Foto de família dos participantes do workshop de discussão de indicadores em Nampula*

No âmbito da implementação do Projecto de Comércio e Conectividade da África Austral (PCCAA), a Unidade de Coordenação do Projecto realizou, nos dias 16 e 21 de Junho de 2022, nas cidades da Beira e Nampula, respetivamente, dois *Workshops* para a recolha de informação e discussão do quadro de indicadores, por meio dos quais será realizada a Monitoria e Avaliação do desempenho dos corredores abrangidos pelo projecto (Beira e Nacala).

Estes *Workshops* foram dirigidos pelo Director Nacional de Logística e Desenvolvimento do Sector Privado de Transportes DNLSP, Ambrósio Siteo, e contou com a participação dos representantes do sector privado e das diversas instituições governamentais locais, que manifestaram satisfação pela realização dos referidos eventos e deram as suas contribuições para a melhoria da proposta inicial de indicadores.

A apresentação de uma proposta inicial de indicadores e condução dos debates durante os dois *Workshops* esteve a cargo do Especialista de Monitoria e Avaliação da Unidade de Coordenação do PCCAA, José Mate, que não só explicou o processo de identificação dos indicadores, mas também apelou o comprometimento de todos os representantes da cadeia de valor para o estabelecimento de mecanismos claros e concisos de comunicação, para garantir a efectividade e eficácia da respectiva monitoria e avaliação.

Deste modo, dos 09 indicadores inicialmente propostos, os debates na Cidade da Beira permitiram identificar mais 04 indicadores, totalizando um número de 13 indicadores, sendo que durante os debates em Nampula os mesmos foram harmonizados e consensualizados em 12 indicadores, dos quais podemos

destacar, o número de mortes por acidentes rodoviários, tempo médio de desembaraço nas fronteiras, volume de carga total movimentado através dos corredores, número de contentores que o porto movimenta num determinado período de tempo, estradas reabilitadas e/ou construídas de acordo com os padrões de resiliência climática, entre outros.

Durante a realização do *Workshop* em Nampula, o Director Provincial dos Transportes e Comunicações em Nampula, Emiliano Maliquela, congratulou a iniciativa não só pelo facto de o *Workshop* ter sido realizado em Nampula, Província por onde passa o Corredor de Nacala, mas principalmente pela importância estratégica deste Corredor para o desenvolvimento da Província, do país e dos países vizinhos. Por isso, segundo Emiliano Maliquela, é importante que todos os intervenientes neste sector possam discutir todas as temáticas que a operacionalidade deste

Corredor implica, bem como identificar melhores estratégias para um bom aproveitamento do mesmo, o que passa também pela identificação conjunta dos indicadores de Monitoria e Avaliação do Corredor, que satisfaçam tanto ao sector privado como ao Governo e permitem garantir uma maximização do seu desempenho.

Refira-se que exercício similar a este realizado em Moçambique foi realizado no Malawi, País onde está também a ser implementado o PCCAA, seguindo-se a fase de harmonização dos indicadores entre os dois Países e subsequente apresentação, discussão e aprovação dos mesmos pelo Comité Técnico Conjunto Tripartido na sua Sexta Reunião.

## GOVERNO E SECTOR PRIVADO REFLECTEM SOBRE LOGÍSTICA DE CARGA EM MOÇAMBIQUE



*Foto de família dos participantes dos workshops na Beira*

Realizou-se, nos dias 14 e 15 de Junho último, na Cidade da Beira, um *Workshop* de reflexão sobre a Logística da carga em Moçambique, co-organizado pelo Ministério dos Transportes e Comunicações e a Associação de Operadores de Logística e Navegação de Moçambique (ASOLNAMO).

A realização deste evento que contou com a presença de representantes do Ministério dos Transportes e Comunicações e das várias entidades que trabalham na área da logística, com destaque para operadores portuários, transitários, instituições do governo local, empresários, entre outros, visava a

identificação de mecanismos apropriados para uma maior eficiência e competitividade dos portos nacionais, o estabelecimento de mecanismos para a minimização dos aspectos que desabonam a imagem do País na cadeia logística, a concepção de estratégias para o posicionamento da logística como um actor importante na promoção e desenvolvimento da economia nacional e a definição de mecanismos para a inclusão dos interesses soberanos no sector de logística nacional.

Na ocasião, o Director dos Serviços Provinciais de Infra-estruturas de Sofala, Octávio Chicoco, para além de congratular a realização do evento, apelou para uma reflexão profunda e produtiva, principalmente, tendo em conta a importância estratégica do Corredor da Beira para a ligação da África Austral e consequente fortalecimento socioeconómico do País.

Por sua vez, a Directora Provincial dos Transportes e Comunicações na Província de Sofala, Maria Gabriel, reafirmou o comprometimento do sector em trabalhar afincadamente junto do Sector privado para tornar cada vez mais flexível, eficiente e competitivo o sector de logística de carga em Moçambique, tendo inclusive avançado como solução a identificação da figura de “padrinhos” do Ministério dos Transportes em todas as Províncias, com o objectivo de fazer o acompanhamento dos principais entraves encontrados nestas províncias e prover as devidas soluções, em tempo útil.

Na mesma ocasião, Bercêncio Vilanculo, Presidente da ASOLNAMO e anfitrião do evento, aproveitou o evento para salientar a necessidade de respostas positivas por parte do Governo para eventos desta natureza, visto serem necessários para a discussão de temas

que interessam a todos os intervenientes no processo de logística e para melhor identificação dos desafios e soluções em matéria de logística.

Caracterizado por debates abertos e francos e por uma participação massiva que permitiu aos intervenientes identificar desafios e apresentar contribuições, o *Workshop* permitiu a discussão de matérias como: os principais desafios dos sectores privado e de transportes rodoviário na logística da carga, os principais desafios do Governo para a dinamização dos Corredores de Desenvolvimento, o escopo e as perspectivas do Projecto de Comércio e Conectividade da África Austral, os desafios e soluções para a competitividade dos Portos nacionais, o papel do Transporte Marítimo na regulação da actividade comercial de logística da carga, o papel do Regulador Ferro-Portuário na arbitragem da logística da carga, a redução da burocracia no despacho das cargas, a padronização dos procedimentos administrativos regionais, entre outros.

Dos debates realizados, foram identificados como principais desafios enfrentados pelo sector da logística no País, a coordenação, simplificação e flexibilização de procedimentos, a construção e reabilitação de infra-estruturas, a revisão de taxas e burocracias, a necessidades de revisão de alguns dispositivos legais, entre outros. Na ocasião, foram igualmente avançadas algumas propostas para a resolução para os desafios identificados.

Durante o encerramento da reunião, o DNLDSP, Ambrósio Siteo, considerou que o evento alcançou mais de 80% das expectativas, o que considerou positivo, destacando a necessidade de comprometimento de todos para garantir que o evento fosse seguido de acções que permitissem a materialização das mais de 50 acções identificadas durante o evento.



## MOÇAMBIQUE, ZÂMBIA E MALAWI PREPARAM-SE PARA ASSINAR ACORDOS TRIPARTIDOS NAS ÁREAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E SOBRE O QUADRO INSTITUCIONAL DE GESTÃO DO CDN



*Foto de Família do Comité Técnico Conjunto Tripartido*

Moçambique acolheu, sob égide do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), a sexta reunião do Comité Técnico Conjunto Tripartido do Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CTCTCDN), realizada em Maputo, entre 28 e 30 de Junho do ano em curso, no qual foram discutidas e concluídas as versões finais de 3 Acordos trilaterais a serem brevemente assinados pelos Estados, numa altura em que os três países, em coordenação, implementam o Projecto de Comércio e Conectividade da África Austral (PCCAA).

Composto por Moçambique, Malawi e Zâmbia, o Comité Técnico Conjunto Tripartido reuniu-se com o objectivo de actualizar os delegados dos Estados Membros sobre o estágio de progresso dos destaques do programa do CDN e implementação do PCCAA, envolver as partes interessadas nas discussões de grupos sectoriais e apresentar as versões finais dos Acordos Tripartidos que serão assinados entre os países membros em data a ser determinada posteriormente.

As delegações participantes deste encontro, através dos seus respectivos

chefes, designadamente, Ambrósio Siteo - DNLDSP no Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique, Fergus F. Gondwe - Secretário Permanente do Ministério dos Transportes e Obras Públicas do Malawi e Fredrick Mwalusaka - Secretário Permanente do Ministério dos Transportes e Logística da Zâmbia, foram unânimes em reafirmar a grande relevância deste projecto para o bom funcionamento do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em particular, e para o desenvolvimento dos três países, em geral.

O Banco Mundial, financiador do projecto em causa, representado por Ankur Huria, além de apreciação aos organizadores desta reunião e às delegações participantes, ressaltou o comprometimento do Banco em apoiar o processo de integração dos corredores, referindo que apesar dos desafios que se apresentam, os progressos já realizados até ao momento são bastante animadores.

O encontro permitiu uma análise ao estágio actual dos projectos de infraestruturas planificados em curso ao

longo do Corredor de Nacala, como é o caso dos postos fronteiriços de paragem única, e um debate sobre aspectos diversos inerentes ao PCCAA, como é o caso dos procedimentos operacionais padrão sobre as emergências climáticas e sanitárias, a prevenção e mitigação de casos de violência física e abuso sexual nas fronteiras, indicadores para a medição e monitorização do desempenho do corredor, entre outros.

O momento chave desta reunião foi caracterizado pela análise e aprovação das propostas dos Acordos Tripartidos de transporte ferroviário, transporte rodoviário e do quadro institucional do Comité de Gestão do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que permitirão a regulação das actividades de transporte ferroviário e rodoviário entre os signatários, ao longo do CDN, bem como o estabelecimento de uma estrutura institucional responsável pela gestão do Corredor.



*Especialistas legais de Moçambique, Malawi e Zâmbia*

Ademais, a ocasião foi palco para a apresentação, harmonização e aprovação por parte daquele órgão, de 12 indicadores de monitoria de desempenho do corredor de Nacala, a serem usados em Moçambique e no Malawi, bem como os procedimentos referentes à obtenção dos dados para

o efeito, como também a realização de encontros sectoriais para o debate de acordos e planos de acção das actividades de cada sector, nomeadamente, Alfândegas, Migração, Agricultura, Comércio, Indústria, Transportes e infraestruturas, Ambiente e Saúde.

Ainda no mesmo âmbito, foi realizado um encontro de altos funcionários governamentais dos três Países responsáveis pelas áreas de transportes e comércio, o chamado “Conselho de Directores” que apreciou positivamente os resultados saídos da sexta reunião do CTCTCDN e aprovou um plano de acção para o segundo semestre de 2022, que destaca a execução das recomendações saídas desta reunião e a preparação da próxima reunião a acontecer nos finais do segundo semestre de 2022, na Zâmbia.

### **AVANÇAM ACTIVIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE FRONTEIRAS DE PARAGEM ÚNICA ENTRE MOÇAMBIQUE E MALAWI**

Uma equipa Multidisciplinar composta por técnicos da Administração Nacional de Estradas (ANE), Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), Serviço Nacional de Migração (SENAMI), Autoridade tributária (AT) e Ministério da Defesa Nacional (MDN), deslocou-se às províncias da Zambézia e Tete, nos distritos de Milange, Angónia e Moatize, respectivamente, entre os dias 13 e 23 de Junho de 2022, com o principal objectivo de demarcar as áreas onde deverão ser construídas as fronteiras de paragem única, no âmbito da



*Equipa Multidisciplinar na Província da Zambézia*

implementação do Projecto de Comércio e Conectividade da África Austral (PCCAA).

A equipa que efectuou as referidas deslocações aos postos fronteiriços de Milange, Zóbue e Calómwè, fazia compor-se não somente por técnicos dos sectores acima referidos, como também por especialistas em salvaguardas ambientais e sociais, cuja missão era a aferição, a partir do processo de planificação, dos possíveis problemas socio-ambientais que poderão advir da implantação das infraestruturas nos locais propostos.

As deslocações, para além de encontros de cortesia com as autoridades governamentais distritais e municipais, permitiram a realização de visitas aos locais onde estão erguidas as infraestruturas fronteiriças para a verificação das condições ambientais e sociais na área envolvente com vista à construção de novas fronteiras de paragem única, como também a visita a áreas à montante de reserva do Estado com cerca de 5 hectares cada, para verificar se reúnem condições socio-ambientais para a erguer os novos postos fronteiriços.

No local proposto para a construção do Posto Fronteiriço de Paragem Única em Milange, foi constatada a não existência de condições socio-ambientais para ampliação ou construção de raiz no local ou em volta onde se localiza o actual posto em funcionamento, garantia, por parte das autoridades locais, da transitabilidade das vias em todas as épocas do ano, entre outros aspectos.

No posto de fronteira de Calómuè, a equipa verificou a inexistência de aspectos ambientais que possam inviabilizar a construção da infraestrutura de fronteira e o respectivo terminal de mercadoria e outra de turismo, como também o facto de que a área adjacente à infraestrutura existente tem um plano inclinado, tendo sido, por isso, proposta uma área que está a 400 metros da infraestrutura existente.

Já em Zóbue, as constatações incluíram também, para além dos questões ambientais, a necessidade de realização de reassentamentos e um mapeamento aéreo com recurso a drones, visto tratar-se de uma zona com relevo acidentado, de modo a evitar a implantação de instalações em cursos de água.



Deste modo, o processo para a construção dos postos fronteiriços de paragem única, que se espera vir a dinamizar a conectividade e o comércio entre os países, ainda está na sua fase inicial, entretanto, as actividades para a sua concretização não param, tendo sido criada, logo

após a realização destas visitas, uma Comissão Multi-sectorial que deverá, em coordenação com o Ministério da Terra e Ambiente, determinar concretamente os espaços para a construção dos postos fronteiriços de paragem única e realizar a pré-avaliação ambiental.

## CST APROVA PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DO PCCAA PARA 2022



*Foto de Família do Comité de Supervisão Técnica do PCCAA*

O Projecto de Comércio e Conectividade da África Austral (PCCAA) assinalou o início de actividades do Comité de Supervisão Técnica (CST), órgão máximo de decisão e gestão estratégica do projecto, durante o qual foram discutidos aspectos essenciais sobre o projecto, desde a sua apresentação aos membros, apresentação dos Planos de Actividade e Orçamento e de *Procurement* para o ano de 2022.

Na ocasião, a Secretária Permanente do MTC, Dina Ribeiro, que preside o CST, expressou a sua satisfação pela realização da primeira reunião do órgão a 14 de Maio, ressaltando o cometimento do MTC em garantir sucesso na implementação do PCCAA, com vista a alcançar a emancipação socioeconómica da região Austral do continente Africano.

Numa sessão extraordinária realizada a 14 de Julho de 2022, o órgão aprovou os

instrumentos essenciais de implementação do PCCAA, nomeadamente o Manual de Operações, o Plano de *Procurement* e o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2022, tendo sido igualmente aprovadas algumas propostas de emenda dos Termos de Referência através dos quais se rege o órgão.

Ainda em sede do mesmo encontro, os membros e convidados tomaram a oportunidade para reiterar a importância da flexibilidade no processo de cooperação interinstitucional, de forma a garantir o alcance das metas propostas no plano de actividades em tempo útil, garantindo assim um desempenho satisfatório do projecto.

Ressalve-se que o CST manter-se-á por todo o percurso de execução do projecto, reunindo-se ordinariamente 2

# FICHA TÉCNICA

---

Coordenação:

**Benjamin Kerchan**

Edição: **Maique Cossa**

Redacção: **Maique Cossa**

Revisão: **Salomão Matsule, Arquímedes Varimelo e Teodósio Bule**

Maquetização: **Duarte Retrato e Maique Cossa**

Imagens: **Florêncio Chiure e Maique Cossa**

## **CONTACTE-NOS:**

---

Endereço:

**Av. Mártires de Inhaminga, nº 336 - 1º andar**

Caixa Postal:

**Maputo - CP. 276**

Telefone:

**258(21)359849**

Email:

**[pccaa@pccaa.gov.mz](mailto:pccaa@pccaa.gov.mz)**

Website:

**[www.pccaa.gov.mz](http://www.pccaa.gov.mz)**

vezes ao ano e extraordinariamente sempre que a necessidade o justificar, sendo suas principais atribuições a orientação política e estratégica do projecto, a decisão sobre questões relacionadas com a implementação do projecto, o estabelecimento de directrizes para o planeamento, aprovação da programação e a execução física e financeira do projecto, incluindo a supervisão e a execução das suas componentes e subcomponentes, tendo como membros os Secretários Permanentes ou outro quadro sénior indicado com autoridade de tomada de decisão, dos Ministérios dos Transportes e Comunicações, Economia e Finanças (MEF), Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), Indústria e Comércio (MIC), Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Saúde (MISAU) e o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP).